

**Serviço Social, Educação e Família:  
possibilidades, desafios e mediações no  
cotidiano**

**Education, Family and Social Service:  
possibilities, challenges and mediation  
in daily living**

Lorena Ferreira Portes<sup>1</sup>  
Melissa Ferreira Portes<sup>1</sup>  
Rosely Orłowski<sup>2</sup>

RESUMO

O texto apresenta uma reflexão sobre a contribuição do Serviço Social no trabalho com a família na esfera educacional. Busca a contextualização da profissão e os desafios a ela inerentes tendo em vista as rápidas transformações pelas quais o mundo do trabalho está passando, avaliando as influências das mesmas no caráter participativo e democrático da educação. Não se pode falar em participação democrática sem considerar a família como força mobilizadora e co-responsável do processo educativo. Mas isso só ocorre quando rompemos com visões moralistas e preconceituosas das famílias, que impedem um trabalho dialógico e comprometido com a qualidade educacional. Esse rompimento está imbricado de um caráter político de participação, através de um redimensionamento das práticas sociais e pedagógicas, superando a visão pragmática e a-histórica da sociedade. Inclui bibliografia.

Palavras-chave: serviço social, família, educação, participação, cidadania, democracia, compromisso político

---

<sup>1</sup> Professora do Ensino Fundamental, Assistente Social, Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>2</sup> Assistente Social, Especialista em Administração Pública e Magistério Superior, Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ABSTRACT

This text presents considerations on the contribution of Social Service to the re-education of families. It tries to contextualize the profession and the challenges inherent to it, resulting from the quick changes our work goes through. At the same time it evaluates the influences of these changes in the participatory and democratic aspects of education. It is impossible to mention democratic participation without taking into consideration the family as the mobilizing and co-responsible force in the educational process. But this can only be true if we shatter the moralist and prejudiced ways of families, which get in the way of dialogue and of a work engaged with educational quality. This shattering is imbued with a political and participatory character, by the redimensioning of social and pedagogical practices, and by overcoming a pragmatic and non-historical vision of society. Bibliography is included.

Key words: Social Service, family, education, participation, citizenship democracy, political commitment

## INTRODUÇÃO

Vivemos em tempo de transição, onde novos valores, paradigmas e conceitos passam a ser repensados em prol de uma nova ordem social. Nesse contexto, muitos são os desafios postos à sociedade, em especial, à escola, que tem sua função educativa, social e política ameaçada frente às exigências mercantis.

Considerando esse cenário, acreditamos ser de vital importância analisar a maneira pela qual a família está sendo concebida e trabalhada pela sociedade e pela escola, no que se refere à sua participação nas decisões educacionais bem como na redefinição de suas atribuições.

Dessa maneira, não poderíamos negligenciar a contribuição do Serviço Social no atendimento e acompanhamento das famílias no processo

educativo, tendo em vista a ação educativa e política que a profissão desempenha.

Esse trabalho é fruto das reflexões que se apresentaram e continuam presentes na nossa prática cotidiana mediante a ausência de uma ação mais comprometida com as questões sociais no sentido de reconstruir conceitos, redimensionar a atuação profissional, reavaliar a função da escola e repensar a participação familiar no que tange ao exercício efetivo da cidadania.

### **Serviço Social: a possibilidade de uma prática politizada**

Realizar uma análise do Serviço Social contemporâneo que dê conta do movimento, sentido e significado da prática profissional supõe necessaria-

mente traçar sua trajetória histórica e a ação dos sujeitos que a constroem, entendendo-a nas relações entre as classes sociais.

O Serviço Social nasce e cresce nos marcos do pensamento reformista e conservador, tendo como marca e estilo de pensamento o capitalismo e o conjunto de variáveis que dele emanam - alienação, contradição e antagonismo. É uma profissão que surge na década de 30, integrando um movimento social de bases confessionais, articulado com o poder burguês e combinado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma participação mais visível da Igreja Católica na sociedade.

Utilizado pela igreja como importante estratégia de controle social e perpetuação da hegemonia dominante, impõe-se como uma ação doutrinária e organizativa cujo objetivo é harmonizar o conflito de classes e abafar as influências socialistas junto ao proletariado. A profissão do assistente social não se institui somente como uma nova forma de exercer a caridade, mas como um instrumento de intervenção ideológica na classe trabalhadora, cujo resultado previsto é a adaptação do trabalhador às relações sociais e de produção vigentes e o fortalecimento da dinâmica estabelecida entre o capital e o trabalho. Como vimos, sua herança intelectual é marcada pela doutrina social da igreja, pelo conservadorismo europeu e pela sociologia funcionalista norte-americana.

É apenas no final dos anos 50 e

início da década de 60, que surgem as primeiras manifestações de questionamento ao *status quo* e à prática institucional vigente. Isto ocorre numa conjuntura marcada por crise econômica e efervescência política, que se fazem acompanhar por um processo de politização dos setores médios, verificado pelo crescimento da organização dos trabalhadores rurais e urbanos e emergência de grupos sociais ligados à “esquerda cristã”. Ocorre, assim, uma atualização da herança conservadora, ou ainda, uma modernização da instituição do Serviço Social.

Com o golpe militar de 1964, essas manifestações acabam por refluir, reaparecendo somente nas décadas seguintes.

A superação da vinculação orgânica do Serviço Social ao capitalismo ocorre no momento em que se expande a base crítica da consciência social dos seus agentes. É na década de oitenta, que a teoria marxista se coloca na agenda da profissão e conduz à ruptura do histórico conservadorismo do Serviço Social. Tal ruptura não significa a superação absoluta e definitiva do conservadorismo das entranhas da profissão, mas a legitimidade da expressão de “agentes” com posicionamentos ideológicos e políticos de caráter crítico frente à ordem dominante. Não se reduz, entretanto, a um movimento “interno” da profissão. Emerge como resposta às exigências do momento histórico, determinado pelo confronto e pela correlação de forças entre as classes da sociedade.

Inserido em uma conjuntura político-econômica desfavorável aos setores populares, em que emergem e se fortalecem os movimentos sociais e organizados de diversos segmentos da sociedade, o Serviço Social passa a ser analisado a partir da vinculação a projetos de classe e de suas implicações políticas.

Cria-se, nesse período, as condições para a maturação intelectual e profissional dos assistentes sociais, o que institui o alicerce sócio-político da profissão. Segundo Reinaldo Nobre Pontes (1997), o debate profissional de tradição marxista mudou a direção da análise acadêmica:

– Rediscutiu o enfoque teórico metodológico do Serviço Social à luz das concepções de Gramsci, Goldman, Lucáks e do próprio Marx.

– Buscou a historicidade e a inserção da profissão na sociedade capitalista e engendrou análises que permitissem a superação dialética das práticas funcionalistas.

– Discutiu a inserção do Serviço Social nas políticas sociais capitalistas.

Esse processo levou ao reconhecimento coletivo da categoria de que a prática profissional se impunha, inquestionavelmente, como prática política, cujas ações, vinculadas aos interesses das classes subalternas, buscavam aliar-se às forças democráticas na construção da sociedade.

O Serviço Social Contemporâneo expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática

articulada com os segmentos populares, rompendo com o mito da neutralidade. Tem na justiça social seu horizonte norteador e como desafio maior, a luta pela construção de uma nova hegemonia no cenário social. Pondo a liberdade como valor central, opta por um projeto profissional voltado à construção de uma nova ordem societária, sem dominação ou exploração de qualquer viés.

A prática profissional demanda uma opção ética pela transformação, um compromisso com valores democráticos, humanistas e históricos, além de uma instrumentação teórica, técnica e política que permita o desvelamento do movimento da realidade e leve a uma contribuição efetiva aos processos sociais fundamentais, e ao rompimento de práticas assistencialistas reprodutoras e de manutenção do *status quo*.

A ação profissional tem como objeto de trabalho as questões sociais, inseridas em um contexto histórico, em uma realidade social. Portanto, conhecer o objeto de trabalho no Serviço Social, implica pesquisar e apreender a realidade social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, pela razão, o movimento da mesma em suas dimensões universais, particulares e singulares. É importante esclarecer que a questão social aqui focada não se caracteriza somente como desigualdade econômica, ou ainda, como “situação social problema”, tal como foi percebida historicamente pelo Serviço Social. É, sim,

a expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, com elementos históricos, econômicos e ideológicos, que refletem a desigualdade social, pela falta de equidade de oportunidades, renda, propriedade e poder - recortes da discriminação e da exclusão social.

É a questão social, em suas múltiplas expressões no cotidiano, que provoca a necessidade da ação profissional junto à comunidade, família, criança, adolescente, idoso, luta pela terra, etc.

A concepção do novo espaço profissional do assistente social, não se encontra na mera recusa de tarefas ou ações que lhes foram atribuídas historicamente, mas no tratamento ideológico-político a elas atribuído. Assim sendo, o trabalho assistencial, característico do agir profissional, e aqui visto como instrumento a serviço da classe subalterna, parte da necessidade básica concreta e do direito inalienável da população explorada em ver suprida esta necessidade e segue pela perspectiva da igualdade e justiça social na luta pela construção ou resgate da cidadania.

A prestação de serviços é vista pela sociedade e pela própria categoria profissional a partir de diferentes ângulos. De um lado, há os que assumem a ideologia do serviço como doação, benemerência ou caridade do Estado e, de outro, há os que visualizam na pobreza a imoralidade de uma sociedade que nega as condi-

ções sociais básicas para uma vida com dignidade. Entendemos ser direito da população excluída o acesso a políticas sociais que dêem respostas às suas necessidades e, obrigação do Serviço Social, facilitar às demandas populares, formas conscientes e críticas de interpretação deste processo.

A relação entre a atuação do Serviço Social e “participação popular” não é nova, no entanto, invoca-se o processo participativo a partir de matizes ideológicos diversos. Há que se perceber que as convocações à participação social constituem um processo dinâmico e contraditório - de *referendum* ou questionamento, que costumam, muitas vezes, mascarar os objetivos que orientam sua proposição. Pode servir tanto à integração quanto à mudança, dependendo do quadro ideológico-político em que está inserida. Por esta razão, é necessário termos claro: Que participação queremos? A serviço de quem ela se encontra.

Sob a ótica do poder, a participação é transformada em um processo de cooptação da organização e mobilização das classes trabalhadoras. O interesse está em estimular a participação controlada para garantir a legalidade e a ordem, ampliando o exercício da hegemonia dominante sobre o conjunto da sociedade.

Os programas sociais e a participação transformam-se em instrumentos de controle das lutas de classe e das mazelas da pauperização da classe subalterna.

De acordo com Norberto Alayon (1992, p.20), *o conceito e a idéia de participação tendem, também, em muitas ocasiões, a apresentar-se como panacéia que substitua a obrigação ação do Estado para alcançar o bem estar de toda a população.* Sob esta perspectiva, vê-se a transferência da responsabilidade do Estado na resolução de problemas localizados e a exploração do trabalho não remunerado, sob o discurso da participação da sociedade.

Por outro lado, tanto a política social quanto a participação, podem, ou melhor, devem colocar-se a serviço do interesse das classes dominadas, na perspectiva de contribuir para a construção de um sistema de relações sociais diferente do estabelecido hoje na sociedade.

Marilda Vilela Iamamoto (1992, p.108), afirma que o caráter tenso da participação social se funda para *estabelecer estratégias políticas capazes de extrair da participação popular aquilo que ela esconde e, ao mesmo tempo, revela de criador, de crítica, de negação da ordem nas suas expressões explicitamente políticas e/ou culturais, que apontam, no interior da própria sociedade burguesa, para a construção do novo.*

Sob este enfoque, a participação popular não se dá apenas como manifestação explicitamente política como expressão do poder de classe, englobando lutas reivindicatórias para enfrentamento de situações cotidianas, junto a instituições governamen-

tais, escolas, locais de trabalho, etc. Tais manifestações, aparentemente isoladas refletem a luta por direitos sociais e políticos e pela criação de espaço de cidadania.

A participação, como instrumento de construção e reconstrução da sociedade, é tratada pelo Serviço Social como um ato político, social e cultural em uma sociedade plural constituída por seres individuais, com interesses, paixões e escolhas, muitas vezes antagônicas.

A articulação entre o Serviço Social e política pode possibilitar ao profissional firmar-se como educador, contribuindo para uma apropriação crítica da realidade e possibilitando ao indivíduo sua reconstrução sob novas bases, as bases da liberdade e da libertação da alienação. Assim, a concepção do trabalho social é revolucionária, dispondo de nítido caráter de classe e apresentando-se como unidade de transformação do homem e da realidade.

Não se trata, contudo, de ignorar a fronteira entre o exercício profissional e a militância político-partidária. O Serviço Social não é partidário, embora articule-se com uma dimensão política da prática profissional, cujo vínculo é com a cidadania de classe e o compromisso com a construção de um novo bloco histórico, o daqueles que produzem a riqueza e dela não se apropriam.

Esse compromisso com o exercício da cidadania constitui-se também como o grande desafio da educação e

nos remete a construir/desconstruir novas concepções acerca do papel da educação na sociedade neoliberal.

### **Os desafios da Educação no contexto neoliberal**

Muitas são as discussões e produções que objetivam avaliar a função da escola na sociedade moderna. Há uma preocupação decisiva em relação à postura que a escola adota no enfrentamento das problemáticas sociais e quais são suas estratégias de atuação frente estas questões que marcam e evidenciam uma sociedade antagonista, dividida em classes, onde as leis econômicas, de mercado direcionam as políticas sociais, sobretudo a educação.

Diante dessa realidade, é preciso perguntar sobre o próprio sentido e valor da educação para a sociedade. O caráter de classe da escola deve ser ressaltado e considerado. Nas suas relações com a sociedade, a escola pode assumir duas funções distintas: manutenção e fortalecimento ou, ao contrário, transformação das relações sociais.

Como instituição reprodutora da ideologia dominante, a escola serve aos interesses da classe burguesa. Reproduz os valores, as idéias, a cultura, o mundo da classe que está no poder, com o único mundo correto e possível.

Assim, a escola transmite e consolida os valores do individualismo,

da competitividade e a falta de solidariedade. Aceita a sociedade desigual e discriminatória, pois aparece como o resultado natural e inevitável das diferenças individuais evidenciadas em capacidades e esforços.

Essa concepção se manifesta na estrutura escolar, seja no currículo, na seleção de conteúdos, nos procedimentos de ensino. Tudo está repleto de perspectivas ideológicas. Moacir Gadotti (1998), citado por GONÇALVES (1994, p. 60), alerta para uma postura política através da escola e da educação:

*A pedagogia do conflito, portanto, pretende mostrar que não existe educação neutra e que toda vez que o educador evita a questão política da educação, a vinculação entre o ato político e o ato educativo, está defendendo uma certa política, camuflando, ingenuamente ou conscientemente, essa vinculação. Partimos da hipótese de que toda educação, numa sociedade de classes, é uma educação de classes ou, mais precisamente, da classe dominante, da classe economicamente dominante. Colocar a hipótese dessa maneira não significa politizar a educação, porque ela supõe que a educação sempre tenha sido política.*

Ao mesmo tempo em que na escola se dão as contradições sociais que ocorrem na sociedade em que está situada, pode ocorrer a superação destes conflitos. Isso não significa desti-

nar somente à escola a instância de luta pela transformação da sociedade, mas considerá-la na perspectiva de preparar os caminhos para uma nova sociedade.

Como afirma Spozati (2000, p. 25),

*a educação por si só, não é capaz de garantir uma sociedade mais justa e equânime. (...) A educação é sim o caminho mais curto para estender o conceito de cidadania a todos os cidadãos.*

Nesse mesmo espaço de contradição, existem espaços de autonomia que podem enfrentar a reprodução conservadora do *status quo*. Como forma de se contrapor aos valores da sociedade capitalista, que provoca o processo de classificação, de exclusão das minorias e do posicionamento diferenciado para o mundo do trabalho e da participação social, legitimando as diferenças sociais, existem políticas diferenciadas e profissionais comprometidas com a busca da cidadania, preparando os alunos para pensar criticamente e agir democraticamente numa sociedade não-democrática.

A igualdade de oportunidades não é um objetivo ao alcance da escola. O desafio da escola é atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender no cenário social. Como afirma Bernstein (1987), citado por GÓMEZ (1996, p.25):

*A escola deve transformar-se numa comunidade de vida e, a educação deve ser concebida*

*como uma contínua reconstrução da experiência. Comunidade de vida democrática e reconstrução da experiência baseadas no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar um entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários. O que importa não é a uniformidade, mas o discurso. O interesse comum realmente substantivo e relevante somente é descoberto ou é criado na batalha política democrática e permanece tão contestado como compartilhado.*

Nessa trajetória de reconstrução social constitui-se como um grande partidário, o professor. Este deve ser considerado como um intelectual transformador, com o claro compromisso político de provocar a formação da consciência dos cidadãos na análise crítica da ordem social da comunidade em que vivem. O professor é ao mesmo tempo um educador e um ativista político, no sentido de intervir abertamente na análise e no debate dos assuntos públicos, assim como por sua pretensão de provocar nos alunos o interesse e compromisso crítico com os problemas coletivos.

Portanto, a cidadania que buscamos é aquela que, segundo Demo (2000, p.96),

*saiba confrontar-se com o neoliberalismo, o qual, sabendo usar o conhecimento de maneira tão criativa, somente possa ser combatido à altura com a*

*criatividade do conhecimento, orientado pela ética da democracia e dos direitos humanos.*

É necessário que escola e professor se engajem na perspectiva crítica sobre as relações entre a escola e as desigualdades sociais, respeitando o caráter ético da atividade de ensino. Gómez (1996, p. 379) enfatiza esse compromisso, valorizando a prática profissional:

*A prática profissional do docente é considerada como uma prática intelectual e autônoma, não meramente técnica. É um processo de ação e de reflexão cooperativa, de indagação e experimentação, no qual o professor aprende a ensinar e ensina porque aprende, intervém para facilitar, e não para impor nem substituir a compreensão dos alunos, a reconstrução de seu conhecimento experiencial; e ao refletir sobre sua intervenção exerce e desenvolve sua própria compreensão.*

Tendo em vista essas considerações, a reflexão ética é uma condição essencial na educação, entendendo ética como uma reflexão teórica que analisa e critica ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral. A indignação ética deve ser existente nas relações entre escola e sociedade. É expressão de liberdade frente às normas injustas e petrificadas aceitas com normalidade. A dimensão ética nos permite o questionamento sobre as práticas, atitudes, regras e ações humanas.

O professor que possui uma consciência ética não assimila os valores e normas morais vigentes na sociedade como sendo únicos e inquestionáveis. Esta consciência surge com a desconfiança de que os valores morais da sociedade encobrem algum interesse particular que é posto acima do bem da coletividade. Segundo Jung Mo Sung e Josué da Silva (1995, p. 112):

*A moral individualista, da defesa do interesse pessoal, articulada com a moral essencialista das instituições modernas, produz progressos técnicos que geram injustiças sociais e aplicações cínicas de normas e princípios que pioram ainda mais a situação dos pobres e dos mais fracos (...) A moral do sistema capitalista se opõe a uma ética da responsabilidade por não considerar os efeitos de suas ações sobre outros seres humanos, ou só levar em conta o seu mundo e interesse particular; desconsiderando a maioria dos que estão fora dele.*

É contra essa moral que se defende uma postura ética que esteja atenta às situações concretas, rompendo com os limites do individualismo da sociedade moderna, buscando uma ética da responsabilidade solidária. Essa responsabilidade solidária não pode ser confundida com a minimização do papel do Estado na implementação de políticas sociais no sentido de transferir essas tarefas à sociedade civil, mas numa perspectiva de inversão dos valores competitivistas e individualis-

tas, buscando um compromisso social com o bem comum.

O mundo moderno levou ao predomínio da técnica em todas as esferas da nossa vida através de uma racionalidade fria, impessoal, fragmentada e desumanizadora. Tornamo-nos escravos do tempo e nos comportamos como se fôssemos robôs. Solidarizando-nos uns com os outros nos tornamos mais humanos e sensíveis.

Através de mediações direcionadas ao repensar ético da educação, podemos construir novos valores e relações sociais, tornando a educação mais humana e comprometida com as mudanças. Ao rompermos com a moral individualista recobramos a capacidade de conviver uns com os outros e de nos descobriremos à medida em que criamos espaços livres das amarras da coerção e das convenções sociais.

Se desejamos uma sociedade humana e justa, a educação deve ser crítica, participativa e criadora. Certos valores podem ser desenvolvidos como a participação, o respeito, a solidariedade, a justiça, a democracia e outros não comumente praticados em nossa sociedade.

Conforme Demo (2000, p. 64), *o principal poder de transformação da educação está na capacidade de formar sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva, que, dentro de circunstâncias dadas, elaboram competência humana suficiente para dar sentido alternativo à História.*

As bases dessa nova sociedade se-

rão construídas com a promoção e aplicação dos princípios democráticos em todas as atividades da escola e do incentivo à formação de uma visão de mundo que permita o entendimento do caráter de classe da escola.

### **Repensando a estrutura e a participação familiar a partir de novas relações e valores**

Repensar a finalidade da escola bem como seu caráter de classe, implica reconhecer e analisar como a família, com suas problemáticas e necessidades, vem sendo tratada e trabalhada pela escola. Nesse sentido, um resgate histórico do tema se faz necessário.

O tema família deve ser analisado como integrante de um contexto histórico, político, cultural e econômico. A família é fruto da história humana, estando sujeita às determinações dessa história.

A família, ao longo da história, apresentou-se de diferentes conformações, estando, portanto, ligada à situação concreta de uma época, assumindo características, valores, funções e ideologias distintas.

Foram vários os modelos familiares que percorreram a nossa história e que tentaram alcançar sua legitimação, desde a época primitiva até os dias atuais.

Diante dessas diferentes formas de organização familiar, torna-se difícil conceituar família, uma vez que não

se trata de uma visão unilateral e concisa.

Na visão contemporânea, a família “*apresentava-se como um grupo solitário de pais e filhos, que se separavam da sociedade e do mundo num processo de privatização da vida familiar*” (CLEMENTE, 1996, p.22).

No Brasil colonial e imperial, o modelo predominante era a família patriarcal, nas classes mais abastadas, e era fruto de interesses econômicos e políticos, como afirma Correa, citado por CALDERÓN (1996, p. 23):

*O casamento, intimamente ligado à questão do status, destacava importância de fortuna e da pureza de sangue. A família, longe de constituir um espaço de procriação ou satisfação sexual- uma vez que, geralmente, isso acontecia fora do espaço familiar-, era formada, não necessariamente com base em relações afetivas, e sim, na tentativa de aumentar os privilégios e o poder.*

Paralelamente havia as famílias dos escravos e as de seus senhores.

*E um aspecto curioso quanto às famílias dos escravos é que, devido ao tráfico, chegavam ao Brasil totalmente fragmentadas. Depois, dificilmente os escravos internalizavam as normas sexuais e familiares de seus senhores* (Slenos citado por CALDERÓN, 1996, p. 23).

Não existe um modelo único de família, embora haja sempre um modelo hegemônico.

Na modernidade o modelo dominante é o da família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos, ligados por laços de parentesco e consanguidade. No entanto há a existência de novos arranjos familiares que fogem e contestam os padrões estabelecidos com base na hegemonia do modelo de família burguesa.

São vários os autores que tratam da crise do modelo da família nuclear, isso porque a sociedade atravessou crises sócio-econômicas, causadas por mudanças de regras e pela divisão sexual do trabalho, levando à transformação do modelo familiar imposto, bem como de suas funções.

Essas modificações estão relacionadas com o capitalismo que trouxe em sua base a separação da produção social, ou seja, quebram-se os laços unitários que uniam em uma mesma esfera o trabalho e a atividade social.

Assim, a família moderna deixa de ser vista como unidade de produção social, isto é, como geradora de valores. Nesse contexto, há uma separação de esferas. Ao homem cabe a esfera pública, à mulher a esfera privada.

No entanto, a lógica do capitalismo, que é a de acúmulo do capital, sentiu a necessidade de incluir a mão-de-obra feminina e infantil, uma vez que precisava aumentar a produção social. Porém, essa inserção deu-se de forma contraditória, impondo à mulher a dupla jornada de trabalho, e às crianças *a necessidade do capital de apropriar-se o quanto antes da força de trabalho existente, para*

*explorá-la o maior tempo possível, apropriando-se, portanto, de maior excedente de produção* (SILVA, 1987, p. 50).

A família, na sociedade capitalista, é definida como unidade de consumo e reprodução. Unidade de consumo porque a família, enquanto grupo, atende às expectativas do sistema, através do seu consumo acirrado dos meios de existência, compactuando com a ideologia da classe dominante.

É considerada unidade de produção, uma vez que assume um papel de reprodução da ordem capitalista. A família atende às necessidades do sistema. Ela reproduz não apenas os seres humanos físicos, mas os seres humanos sociais que formarão a força de trabalho.

Nesse sentido, segundo Mitchell, citado por SILVA (1987, p.50) há três valores básicos que devem ser transmitidos às novas gerações: “*individualidade, igualdade e liberdade*”. Esses valores que representam o novo, quando da revolução burguesa devem ser considerados para que evitem o surgimento de novos valores que poriam em risco a ordem estabelecida.

Os aspectos ideológicos estão ligados à dinâmica social que, em sua lógica interna, cria condições de uma realidade onde se privilegia a sua reprodução.

O modelo de família nuclear está inserido num contexto funcional-estruturalista, pois a sociedade é considerada um sistema equilibrado, em perfeita harmonia, onde seus compo-

entes desempenham funções colaborando para o funcionamento da sociedade.

Essa visão eleva a família nuclear como um tipo ideal de família, tida como única e correta. É vista como um componente do sistema social cujo bom funcionamento permite atingir um equilíbrio na vida social.

Essa concepção não permite uma análise crítica da realidade no reconhecimento de classes sociais, de conflitos que emergem e dos problemas originados pela ordem vigente, tais como: desemprego, violência, alcoolismo, novos padrões culturais, valores, entre outros.

Qualquer arranjo familiar que contrarie o modelo hegemônico é considerado desorganizado, desestruturado, o que faz com que no imaginário coletivo de nossa sociedade haja a idéia de uma família perfeita, seguidora das tradições, formada pelos pais e filhos, vivendo em uma casa para todo o sempre.

Dessa maneira, há o predomínio de uma forma que se estende a toda a população, e que é reproduzida por instituições sociais e por aparelhos ideológicos, como a escola.

Segundo Szymanski citado por CALDERÓN (1996, p.29),

*existe a família real e a família ideal. A família ideal é aquela que um dia sonhamos construir, que é veiculada pela mídia e vista como normal; já a família real é a vivida, é a situação concreta.*

Essa contradição entre o vivido e

o pensado faz com que nas famílias empobrecidas surja um conflito, isto é, ao comparar-se com a família ideal, há a frustração pelo fato de que não há possibilidade de atingi-la. É um modelo tirânico na medida em que gera insatisfação no relacionamento familiar e “infernaliza” a vida das pessoas.

Não podemos pensar que os novos arranjos familiares se constituem em famílias erradas e nem considerá-las como desestruturadas, mas compreendê-las pelas relações afetivas e os valores que estão impregnados na estrutura familiar, bem como os aspectos históricos e contextuais que fundamentam esse período de transição.

Na sociedade moderna, os grupos familiares das camadas marginalizadas são diferenciados por estarem excluídos da força de trabalho, bem como da distribuição de bens que o trabalho remunerado deve proporcionar.

Além de sofrerem uma discriminação moralista e preconceituosa, também são submetidos a uma discriminação social e econômica, uma vez que são excluídas do processo de consumo na sociedade.

Diante da heterogeneidade da estrutura familiar, devemos considerar o papel que a família desempenha na educação de seus membros. Conforme Fischer (1980, p. 112):

*Na teoria sociológica, a família é considerada como o principal canal para a sociabilização dos*

*indivíduos, deve desempenhar as funções que lhe cabem, assumindo os seus membros os papéis que lhes são atribuídos. Isso deveria ocorrer, caso a socialização fosse um processo uniforme e homogêneo para todos os grupos sociais.*

Pensar a família como espaço de desenvolvimento e socialização dos indivíduos, implica reconhecer suas condições econômicas e sociais para a realização de tal tarefa. A ausência na prática profissional, de um arcabouço teórico que sirva de suporte para essas análises compromete sua ação ao se defrontar com realidades que contestam o “seu” modelo de família e suas convicções religiosas. As famílias e suas problemáticas estão aí para serem atendidas, fortalecendo a unidade familiar.

*Em vez de tentar compreender a família com base na sua composição, tomando com referência-padrão a família nuclear, deve-se procurar compreendê-la pelas relações afetivas e os valores que estão impregnados na estrutura familiar (Calderón, 1994 p. 32).*

Outra questão bastante importante que merece ser refletida é a maneira pela qual ocorre a participação dos pais na escola. Em sua maioria, o que percebemos é a participação dos pais em festas, quermesses, entrega de boletins, reuniões que tratam dos problemas indisciplinados, solicitação de trabalhos voluntários. A integração escola-família não se dá de maneira

politizada, uma vez que a família não é chamada a participar da tomada das decisões em relação ao projeto político pedagógico da escola, de seus objetivos, prioridades e metas.

Dessa maneira, que relações estão sendo construídas entre a família e a escola, que momentos estão sendo proporcionados para discutir as problemáticas escolares?

*A falta de participação ativa da população, porém, não é um fenômeno exclusivo da escola mas que estende-se a outros campos sociais, uma vez que é reproduzido cultural e politicamente por grupos monolíticos de poder* (Amaro, 1997, p.45).

O modelo de participação expandido na sociedade é o de centralismo de decisões e de obediência inquestionável da população às regras estabelecidas. A mudança que deve ocorrer é uma mudança de cultura, de concepções acerca da participação.

O distanciamento da realidade pessoal e familiar do aluno faz com que o mesmo tenha pouco ou nenhum incentivo para permanecer na escola. *“O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social”* (Spozati, 2000, p.27).

A pauperização, o distanciamento das funções socializantes da família, a luta pela sobrevivência, os impactos das mudanças sociais, as relações inter-familiares abaladas, a instabilidade econômica, a violação dos direitos humanos, são conseqüências da

ausência de políticas e programas efetivos, capazes de garantir a otimização dos serviços básicos, através de uma ação política eficiente, que só será possível a partir do momento em que a família se torne politizada, no sentido de democratizar suas relações, contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma nova ordem social, fundada na justiça social, na humanização, na socialização de decisões, na igualdade de oportunidades e de participação social.

Nessa conjuntura, o Serviço Social tem muito a contribuir com a escola na consolidação da cidadania, uma vez que seu caráter político-educativo faz com que tanto o educador como o assistente social desempenhem um papel de intelectual.

Trabalhar com a família exige a compreensão histórica, social, política e econômica do seu cotidiano e suas relações sociais. Portanto, a ação educativa deve fundamentar-se numa prática multidisciplinar e politizada que oportunize e garanta um acompanhamento efetivo da família na dinâmica escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se consideramos que a escola pode vir a se constituir como um espaço democrático, precisamos nos questionar sobre o verdadeiro sentido do ato de educar, da importância da participação dos diferentes atores (professores, alunos, família, equipe

pedagógico-administrativa) na educação, na percepção e concepção da diversidade cultural e social, no compromisso ético e político com os interesses das classes subalternas, na seleção dos saberes pedagógicos.

Diante dessas reflexões, a sociedade não pode ser considerada como um todo harmônico, ao contrário, precisa ser compreendida dialeticamente a partir de suas contradições e antagonismos.

É nesse sentido que o Serviço Social e a Escola se aproximam pelo caráter político e ideológico que desempenham. Apoiando-nos numa visão gramsciana, entendemos que o Assistente Social e o Professor assumem um papel de intelectual, uma vez que, contrapondo-se às idéias de Althusser, a escola não pode constituir-se apenas como um aparelho ideológico do Estado, mas tem a possibilidade de fazer a contra-hegemonia, ou seja, questionar a ideologia dominante para oportunizar a construção utópica de uma nova sociedade.

Partindo desses pressupostos, o trabalho do Assistente Social com a família pode assumir dimensões politizadas, superando a visão assistencialista de atendimento social, bem como romper com a cultura centralizadora de decisões, onde a família é simplesmente receptora e não co-gestora das políticas educacionais.

A clareza do conceito de participação é fundamental para que seja possível realizar esse trabalho. O que

é participar? O que se pretende com essa participação? Participar para quê? Que canais de participação são oportunizados pela escola? Quem ganha com a participação?

Essas são algumas questões que devem alimentar constantemente nosso repensar e agir na escola. A família precisa ser encarada como uma aliada no processo educativo e não como ameaça.

#### REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** Trad. Valks Villalobos de Netto. São Paulo: Cortez, 1992.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **O que é "Educar para a Cidadania.** In: Educando Para a Cidadania. Porto Alegre: Palotti, 1992. p. 9.
- BARCELLOS, Carlos Aberto. **Fundamentos Sociológicos da Educação para a Cidadania.** In: Educando Para a Cidadania. Porto Alegre: Palotti, 1992. P. 15.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Família: a crise de um modelo hegemônico.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XV, nº 46, pág.21-34, dez. 1994.
- CLEMENTE, Maria Luiza. **A Mulher Migrante Nordestina e a Organização do Quotidiano na Dinâmica do seu gru-**

- po familiar.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XV, nº 46, pág. 35-48, dez. 1994.
- DEMO, Pedro. **Ironias da educação: mudança e contos sobre mudança.** Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- FISCHER, Rosa Maria Ferreira. **Meninos de rua.** São Paulo: CEDEC, 1980.
- GENTILLI, Raquel de Matos L. **Formação Profissional, Ética e Cidadania.** In: Serviço Social e Ética. São Paulo: Cortez, 1996. P.128.
- GONÇALVES, Mário Antonio. **Formação da cidadania: proposta educacional.** São Paulo : Paulus, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez , 1997.
- MOREIRA, Maria Eulália. **ABESS: Formação Profissional, Ética e Transformação Social.** In: Serviço Social e Ética. São Paulo: Cortez, 1996.p. 145.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira.** In: Serviço Social & Sociedade. ano XIX. São Paulo: Cortez, mar/98. P. 23.
- PAIVA, Beatriz Augusto de. , SALES, Mione Apolinario. **A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios.** In: Serviço Social e Ética São Paulo:Cortez,1996. P.174.
- PESSOA, Enildo. **A escola e a libertação humana.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez,, 1997.
- SACRISTÁN, Gimeno e A . I. Pérez Gómez. **Compreender e transformar o ensino.** Tradução Ernani da Fonseca Rosa, 4ª edição. Editora Artmed, 1998.
- SHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a des-ordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania.** São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA, L. Serviço social e Família. São Paulo: Cortez, 1982.
- SPOZATI, Aldaíza. Exclusão Social e Fracasso Escolar. Em Aberto, Brasília, v.17, nº 71, pág.21-32, jan. 2000.
- SUNG, Jung Mo e Josué Cândido da Silva. **Conversando sobre a ética e sociedade.** Petrópolis : Vozes, 1995.
- YUS, Rafael. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola.** Tradução Ernani da Fonseca Rosa. Porto Alegre : Artmed, 1998.